



12º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM
"A Arte, o Esporte e a Saúde na qualidade de vida"
De 04 a 06 de junho de 2014

12º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

A EXPERIÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO PÚBLICA DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Rafael de Canini Cezar¹

Lígia Mara Jung²

Márcio Aleksandro Daniel²

Fernanda Maria de Meira²

Samireille Silvano Messias²

Ednaldo Michellon³

A certificação dos alimentos orgânicos é uma forma de assegurar ao consumidor que o produto que ele está adquirindo foi produzido dentro de um sistema orgânico, sem a utilização de agrotóxicos, respeitando o meio ambiente e o ser humano. Assim, corroborando este processo, o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO – Fase II) pretende consolidar a criação de uma rede de apoio à certificação pública no Paraná, inserindo agricultores e agroindústrias familiares no mercado de forma profissional. Neste sentido, as Universidades Estaduais de Maringá – UEM, Londrina – UEL, Ponta Grossa – UEPG, Bandeirantes – UENP, Marechal Cândido Rondon – UNIOESTE, Guarapuava – UNICENTRO, Paranaguá – FAFIPAR e o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA em Curitiba, em parceria com a certificadora Tecpar, estão conduzindo o programa por meio de reuniões com agricultores familiares, contato com profissionais do Instituto Emater, Sebrae, prefeituras, eventos agropecuários, programas de rádio e TV e outros meios, bem como em parceria com outros projetos de extensão nas unidades. Por meio desse trabalho, foi possível realizar até o momento mais de 413 visitas, das quais 233 propriedades são acompanhadas e 67 certificadas, com o restante caminhando para a certificação. O programa esta se deparando com diversos entraves burocráticos que estão impossibilitando a realização de um maior número visitas e/ou realização de estudo de casos. Verificou-se, também, que se faz necessária a divulgação dos benefícios oriundos do sistema de produção orgânico aos produtores e aos consumidores, a fim de incentivar a sua produção e o seu consumo.

Palavras chaves: Agricultura familiar, sustentabilidade, agroecologia.

Área Temática: Meio Ambiente.

Coordenador do projeto: Ednaldo Michellon, emichellon@uem.br, departamento de agronomia, Universidade Estadual de Maringá.

¹ Tecnólogo em Gestão do Agronegócio e acadêmico do curso de Agronomia, Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, bolsista do Projeto CERTO ligado a UEM.

² Eng. Agrônomo(a), Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, Profissional do Projeto CERTO ligado a UEM.

Introdução

A agricultura orgânica vem aumentando sua participação no mercado, dado os retornos socioeconômicos proporcionados aos produtores, e pelo maior interesse dos consumidores por alimentos saudáveis e nutritivos.

A sua presença ainda oferece aspectos positivos no entorno ambiental, pois respeita o equilíbrio ecológico dos ambientes em todo o processo de obtenção dos produtos orgânicos e torna o pensamento global da sustentabilidade algo concreto. Assim, avançou-se nesta área, com o surgimento de várias escolas de pensamento no entorno como se verá a seguir.

O sistema orgânico de produção foi proposto pelo engenheiro agrônomo inglês Albert Howard, que trabalhou com pesquisa na Índia no início do século XX.

Por sua vez, no Brasil, esta ideia de sistemas orgânicos foi crescendo, a partir dos anos 1970, e permeava o pensamento de profissionais que provinham do meio agrônomo, os quais eram contra o padrão agroquímico da chamada Revolução Verde. Dentre essas pessoas se destacavam José Lutzenberger, Ana Maria Primavesi e Adilson Paschoal (KHATOUNIAN, 2001).

Nos anos 1980, na esteira do movimento pela agricultura alternativa, e nos anos 1990 e 2000, com os movimentos ao entorno da agroecologia, as organizações e instituições ligadas à produção orgânica se multiplicaram, cresceu o número de produtores e de consumidores e a produção se expandiu em quantidade, diversidade e qualidade (KHATOUNIAN, 2001); (MORAES e MICHELLON, 2010).

Atualmente, consumidores em busca de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e, conseqüentemente, agroindústrias, feiras, supermercados, dentre outros pontos de comercialização de alimentos, estão se enquadrando na filosofia do movimento orgânico. Isso possibilita a expansão da produção de produtos orgânicos nas propriedades já caracterizadas como agroecológicas e também como incentivo para viabilização de conversão de propriedades, até então convencional, à produção orgânica.

Para tanto, se dá a importância da certificação dos produtos, processos e serviços, porque por ela se terá a segurança, por escrito, de que eles obedecem a determinados requisitos, dentro dos padrões da agricultura orgânica. Ela compreende, então, a comprovação e a autorização para o exercício de culturas orgânicas nas propriedades previamente inspecionadas.

O Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, define certificação orgânica como:

Ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes. (BRASIL, 2007, p. 2).

Tendo em vista esse crescente mercado, o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), juntamente com as Universidades Estaduais de Maringá – UEM, Londrina – UEL, Ponta Grossa – UEPG, Bandeirantes – UENP, Marechal Cândido Rondon – UNIOESTE, Guarapuava – UNICENTRO, Paranaguá – FAFIPAR, o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA em Curitiba, distribuídas no Estado, busca, com a parceria de todos, contribuir para o desenvolvimento da agricultura orgânica do Paraná. Esse trabalho é por meio da certificação gratuita para agricultores e agroindústrias familiares, que enfrentam dificuldades para

custear a certificação particular, no período novembro de 2012 a julho de 2015, na sua segunda fase.

Assim, cada IES e o CPRA são responsáveis em atender uma região delimitada do Estado, criando em todas, núcleo de certificação do PPCPO, cujo objetivo é apoiar e inserir no mercado, por meio da obtenção do selo de Conformidade Orgânica, produtores e agroindústrias familiares que já cultivam produtos orgânicos, ainda não certificados ou que pretendem iniciar o sistema de produção orgânico.

Materiais e Métodos

Inicialmente, foi engendrada uma unidade de apoio à certificação em cada IES e no CPRA para servir de ponto de amparo aos produtores familiares e agroindústrias interessadas em participar do programa de certificação.

Porém, diferentemente do que houve na primeira fase a procura pela certificação por parte dos produtores está sendo maior, mas, mesmo com essa maior procura, os profissionais estão saindo a campo em busca por produtores que já cultivavam de forma orgânica, ou que não cultivavam, mas que tinham interesse em fazer a conversão da produção convencional para a orgânica.

A divulgação ocorreu por meio de reuniões com grupos de produtores, contato com profissionais do Instituto Emater, do Sebrae, autônomos, prefeituras dos municípios da região e em eventos agropecuários, em forma de entrevistas para programas de rádio e TV, assim como em outros projetos de extensão nas IES.

Simultaneamente, o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) realizará a capacitação técnica dos profissionais atuantes no projeto, visando à formação de consultores e auditores em Sistema de Produção Orgânico.

Após a capacitação técnica os profissionais estarão aptos para realizar as auditorias no estado das propriedades de produção e agroindústria que se enquadraram aos procedimentos no estudo de caso realizados previamente.

Os estudos de caso são realizados por meio de formulários, divididos de acordo com o tipo de produção (Vegetal, Animal, Processamento e Extrativismo Sustentável). Eles buscam obter informações que pode definir se o produtor possui ou não perfil para atuar no Sistema de Produção Orgânico, e somente serão encaminhados ao Tecpar caso este quesito seja verificado. As informações obtidas abrangem os seguintes aspectos da propriedade: localização, área de produção, rastreabilidade, requisitos legais como matrícula do imóvel, outorga de uso da água, reserva legal, aspectos sociais como condições de trabalho, acesso à escola, etc., ou seja, informações que se resumem no cumprimento da base da produção orgânica (Economicamente viável, Ecologicamente correta e Socialmente justa), da Lei Federal nº 10.831/2003, da Instrução Normativa 64/2008, das Instruções Normativas Conjuntas 17 e 18/2009.

Quando favorável o enquadramento do produtor no programa, inicia-se um acompanhamento técnico para busca da certificação, por meio da adequação das propriedades às normas legais de conformidade definidas pela legislação brasileira para produtos e processos de produção orgânica.

Concomitantemente com as ações de apoio às unidades familiares serão realizadas auditorias iniciais de certificação. Estas serão realizadas pelos técnicos do projeto capacitados pelo Tecpar, mas cada técnico não pode auditar em sua região de atuação. Eles seguirão a Lei Federal nº 10.831/2003 e a Instrução Normativa adequada para cada tipo de produção.

Discussão de Resultados

Até novembro de 2013 foram realizadas mais de 12.716 ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pelos núcleos envolvidos com o PPCPO, como mostra a Tabela 1. Dentre as 233 propriedades visitadas, 67 delas já foram certificadas e o restante está em fase de adequação para futura certificação, já que as medidas exigidas pelo Tecpar são complexas, visto as localizações e situações em que se encontram as propriedades, principalmente pelo fato de essas estarem localizadas em ambientes rodeados de monocultura em agricultura convencional.

Tabela1: Atividades realizadas pelos núcleos envolvidos no PPCPO até 2013.

| <i>Atividades Núcleos</i> | <i>Ações de ATER</i> | <i>Propriedades Visitadas</i> | <i>Propriedades Acompanhadas</i> | <i>Propriedades Certificadas</i> | <i>TOTAL</i> |
|---------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|---------------|
| UEM | 1.890 | 86 | 31 | 0 | 2.007 |
| UEPG | 413 | 119 | 70 | 58 | 660 |
| UNICENTRO | 1.024 | 57 | 21 | 0 | 1.102 |
| UEL | 5.333 | 22 | 11 | 0 | 5.366 |
| UENP | 814 | 44 | 35 | 9 | 902 |
| UNIOESTE | 2.801 | 31 | 31 | 0 | 2.863 |
| FAFIPAR | 399 | 29 | 15 | 0 | 443 |
| CPRA | 42 | 25 | 19 | 0 | 86 |
| TOTAL | 12.716 | 413 | 233 | 67 | 13.429 |

Fonte: Dados obtidos do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (dez. 2013)

As ações de ATER desenvolvidas pelos diversos núcleos tem forte impacto no ambiente social em que se encontram, realizadas por diferentes meios, como encontros de produtores de hortas comunitárias de Maringá, reuniões de feirantes, dias de campo, reuniões da SEAB com Sec. da Agricultura e a Emater, reuniões com produtores, Seminários nos assentamentos, conferências regionais de desenvolvimento sustentável e solidário, reuniões com as cooperativas, entre outros eventos.

Atualmente, os núcleos que não possuem estudos de caso estão capacitando seus profissionais na agroecologia e contatando com os produtores que possuem interesse na certificação orgânica.

Os produtores que estão sendo atendidos pelo programa, em sua maioria, residem em assentamentos ou vilas rurais, possuem propriedades de pequeno porte, que variam de 0,5 ha a 23,0 ha, e na sua grande maioria produzem hortaliças.

Atualmente o projeto está atendendo produtores de mais de 100 municípios do Estado, mas ainda estão entrando em contato com várias localidades, via secretarias de agricultura, Emater, ONGs, sindicatos, cooperativas e outras formas organizadas, para a maior abrangência possível do programa.

As dificuldades encontradas para o bom andamento do projeto, em geral, são: atraso do repasse de verbas de consumo e custeio; falta de experiência na certificação por parte dos bolsistas; há produtores não conscientizados sobre a produção orgânica; ausência de interesse por parte de determinados setores públicos; locais de difícil acesso; falta de gestão e documentação dos agricultores; demora nas respostas dos estudos de caso; e, áreas de produção agroecológica próxima às áreas de soja, milho e cana-de-açúcar, que são pulverizadas por via aérea, possuindo grande deriva de agrotóxicos o que dificulta a certificação.

Em contato com os produtores, ficaram claras as duas maiores dificuldades para a produção orgânica: falta de assistência técnica especializada e falta de conhecimento do mercado para comercialização, pois os agricultores são pouco

capacitados nesta área e, por sua vez, os consumidores, em geral, desconhecem as propriedades organolépticas e nutritivas dos produtos orgânicos e a importância em consumi-los, causando, assim, um desequilíbrio na cadeia produtiva.

Considerações Finais

O Programa deparou-se com diversos entraves, o que impossibilitou a realização de um maior número de estudos de caso. A falta de cursos de capacitação para os profissionais do projeto e de liberação das verbas para capital e custeio do projeto são os principais fatores explicativos.

Todavia, os produtores que foram contatados estão otimistas quanto ao processo e com boas expectativas após a obtenção do selo de “Conformidade de Produto Orgânico”, pois entendem que com seus produtos certificados eles poderão obter maior reconhecimento e uma melhor remuneração, além de terem consciência do bem que a agricultura orgânica traz para eles e para a comunidade.

Por meio do trabalho de campo realizado até o momento, fica claro que deve existir uma conscientização dos consumidores sobre a importância da produção orgânica, mostrando-lhes que os orgânicos vão além de produtos sem agrotóxicos, pois o Sistema de Produção Orgânica é baseado na sustentabilidade da cadeia produtiva.

Por fim, fica evidente a necessidade da continuidade do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, para, assim, poder certificar os produtores que trabalham ou querem trabalhar com a agricultura orgânica, mas não possuem como custear a certificação, por esta ser onerosa, quando realizada de forma particular. Essa iniciativa pública aumentará, assim, a quantidade de produtos orgânicos certificados no mercado, atendendo melhor a demanda que é crescente.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Seção 1, p. 2-8.

KHATOUNIAN. C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348 p.

MORAES, M. L. de; MICHELLON, E. A inovação schumpeteriana na produção de açúcar orgânico: a Usina São Francisco (UFRA) e o manejo agroecológico. In: **Anais**. 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2010. Campo Grande: SOBER, 2010.